

Assembleia da Adusp delibera período de mobilização, com paralisação na 4ªf, 23/10

Realizada no Auditório A1 do Instituto de Geociências lotado, a Assembleia da Adusp de 15/10 tomou uma série de deliberações táticas e estratégicas para a continuidade da nossa luta em prol da efetiva e radical democratização da USP.

Foi aprovado um período de mobilização na USP (de 16/10 a 26/10) tendo como eixos:

- **Estatuante Livre, democrática e soberana;**
- **Eleições diretas e paritárias para reitor(a);**
- **Somos todos EACH!**

Para organizar este período de mobilização, constituiu-se uma comissão de mobilização, contando com a participação de vários colegas, que planejou as atividades apontadas na tabela ao lado. Entre elas, merecem destaque:

- O debate, na 3ª feira 22/10, com o tema “Democracia, Participação e Relações de Poder” (História-FFLCH, 16 h)
- Paralisação na 4ª feira 23/10, com Ato na EACH às 15 h e saída de onibus do *campus* Butantã em frente ao MAC-Reitoria às 13 h
- O debate, na 6ª feira 25/10, com o tema “O que é Estatuinte?” (História-FFLCH, 13h)

Ao longo de toda a semana é fundamental que haja atividades em cada unidade, bem como a realização de assembleias setoriais para preparar a Assembleia Geral da quinta-feira, 24/10.

A Assembleia de 15/10 também deliberou por outras iniciativas políticas importantes:

- Repúdio às iniciativas da Reitoria de solicitação de reintegração de posse no *campus* Butantã e na EACH;
- Manifestação de solidariedade ao juiz Adriano Laroca, que rejeitou a liminar de reintegração de posse pedida pela Reitoria — depois aceita pelo Tribunal de Justiça, ainda que concedendo dois meses para a saída dos estudantes — e vem sendo atacado pela mídia (veja a íntegra da decisão de Laroca em <http://goo.gl/CBxG9y>);
- Revogação da Portaria GR-6.351, de 16/9/2013, que centraliza na Vice-Reitoria Executiva de Administração (VREA) decisões de despesas com viagens nacionais e internacionais, diárias e auxílios.

Programa Mínimo. A Assembleia Geral de 9/10/13 deliberou pela construção de um programa mínimo da Adusp, a ser apresentado a cada uma das chapas candidatas, com a publicação das respostas no *Informativo Adusp*. Já a Assembleia de 15/10 definiu que esta construção seja feita a partir de discussões nas unidades, por meio de propostas consolidadas em reuniões e assembleias setoriais, depois levadas à Assembleia de 24/10 e lá debatidas. A atividade de construção deste programa mínimo, registrando questões centrais de nossa pauta, tais como democratização, carreira, transparência e condições dignas de trabalho, é central na potencialização de nossas iniciativas estratégicas de luta no próximo período.



ATIVIDADES DA SEMANA DE MOBILIZAÇÃO

17/10 - 5ª-feira	Atividades nas unidades
18/10 - 6ª-feira	Atividades nas unidades
21/10 - 2ª-feira	Atividades nas unidades
22/10 - 3ª-feira, 16h	Debate: "Democracia, Participação e Relações de Poder". Mesa: Lisete Arelaro (FE), Salvador Sandoval (Unicamp) (Auditório da História)
23/10 - 4ª-feira, 10h	Audiência pública para oitiva do reitor (ver matéria p. 2)
23/10 - 4ª-feira, manhã	Assembleias setoriais nas unidades
23/10 - 4ª-feira, 15h	Ato na EACH. (às 13h, ônibus saem do <i>campus</i> Butantã, em frente ao Museu de Arte Contemporânea). Mesa: Adriana Tufaille (EACH), Américo Kerr (IF), Maria Luisa Schmidt (IP), representantes dos funcionários e dos estudantes (EACH). Coordenador: Ciro Correia (Adusp)
24/10 - 5ª-feira, 12h	Reunião do CR da Adusp (Sede da Adusp)
24/10 - 5ª-feira, 17h	Assembleia Geral (Auditório da Escola de Aplicação-FE)
25/10 - 6ª-feira, 13h	Debate: "O que é Estatuinte?" (Auditório da História). Mesa: Marcos Nascimento Magalhães (IME), Maria Caraméz Carlotto (FFLCH)

Quanto ao Co de 1º/10. A Assembleia deliberou repudiar e tomar as medidas políticas e administrativas cabíveis para tentar reverter as seguintes medidas:

- A Portaria do reitor J. G. Rodas que estabeleceu prazo exíguo para inscrições de chapas para reitor e vice-reitor, impossibilitando a articulação e candidaturas de chapas que não as originárias do poder central da USP. A exiguidade do prazo compromete, na prática, o eventual avanço que poderia advir da decisão do Co, na linha de “mudar, para deixar tudo como está”...
- A data da consulta, 10/12, último dia letivo, quando a USP estará, praticamente, sem atividades acadêmicas regulares;
- A deliberação do Co de 1º/10 de consulta meramente indicativa para reitor e vice-reitor, um desrespeito ao corpo da universidade.

Como sempre, só a participação ativa de cada um de nós pode fazer avançar a retrógrada e autoritária estrutura de gestão da USP, que nos tem sido imposta há muitas décadas.

Assembleia Geral da Adusp
5ª f, 24/10, 17 horas

Auditório da Escola de Aplicação (FE)
Pauta: 1) Avaliação e perspectivas;
2) Programa Mínimo da Adusp para a USP.

Ato na EACH

23/10 (quarta-feira), às 15h
Compareça! Somos todos EACH!
Atenção: saída de ônibus do *campus* Butantã (em frente ao MAC-Reitoria) para a USP Leste às 13h

Convocado, Rodas não comparece à Alesp, que realizará audiência pública sobre EACH

O reitor da USP desatendeu à convocação da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), para que prestasse, em 16/10, esclarecimentos sobre o processo de criminalização e perseguição que teria sido promovido pela Reitoria contra estudantes, funcionários e professores, assim como denúnci-

as de improbidade administrativa nos anos 2009 a 2011, que deram origem à ação movida pelo Ministério Público do Estado, dada a conhecer pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 11/9/2013.

Recebemos, no fechamento deste Informativo, a comunicação da Alesp (<http://goo.gl/2xqAng>) de que nova audiência pública, com o mes-

mo caráter, está convocada para as 10 horas de terça-feira, 23/10, a realizar-se no *campus* do Butantã, na Av. Prof. Almeida Prado, 1280 (prefeitura), para proceder à oitiva do reitor J.G. Rodas.

EACH. Na terça-feira, 29/10/13, será realizada, na Alesp, audiência pública conjunta das Co-

missões de Educação e Cultura e Meio-Ambiente para debater a grave situação ambiental na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Deverão ser convocados todos os envolvidos, incluindo Cetesb e Reitoria. É muito importante nossa presença nesta audiência, pressionando por providências e envolvimento efetivo da Alesp na questão.

Adusp ajuizará ação para estender aos aposentados Prêmio Excelência Acadêmica

A diretoria da Adusp deliberou pelo ingresso de ação coletiva para que seja estendido aos docentes aposentados o Prêmio Excelência Acadêmica Institucional, instituído pela Resolução USP 5.483/2008. O benefício em questão, em inobservância ao caráter paritário das aposentadorias concedidas em tais moldes, não vem sendo pago aos aposentados.

Desta forma, a ação pleiteará a extensão do pagamento de todos os prêmios concedidos desde a sua criação, em 2008, a todos os professores aposentados com paridade na USP. Ressalta-se que, embora a ação seja ajuizada em nome de todos os docentes aposentados sob o manto da regra da paridade, a decisão final poderá determinar que tão somente aqueles associa-

dos à Adusp na data do início da demanda poderão ser os beneficiários da ação, a exemplo do ocorrido na ação do Gatilho.

A ação será ajuizada até o prazo, improrrogável, de 4/11/2013, para que fique garantida a percepção, no caso de êxito, de todos os prêmios concedidos até então.

Os colegas interessados na ação e ainda não associados poderão filiar-se à Adusp preenchendo a ficha disponível no site da entidade e enviando-a para a sede provisória, situada à rua Dr. Ernani da Gama Correia, 498, Conjunto Residencial Butantã, CEP 05539-040, São Paulo-SP; ou para a caixa postal da Adusp: CP 72.020, CEP 05508-970, São Paulo-SP. Se você tiver dúvidas, telefone para (11) 3724-8900 ou 98420-3280.

Candidatos Hélio Nogueira e Thelma Zorn visitaram a Adusp

Os professores Hélio Nogueira e Thelma Zorn, que compõem uma das chapas que disputam o atual processo eleitoral da USP, como candidatos a reitor e vice-reitora respectivamente, visitaram a sede da Adusp na manhã de 15/10, para apresentar seu programa de gestão. Na opinião deles, a Adusp é uma "interlocutora importante".

Eles foram recebidos pelo presidente da Adusp, professor Ciro Correia, e pelo secretário, professor Francisco Miraglia. Os diretores da Adusp explicaram aos candidatos que, por determinação da Assembleia da entidade, está sendo elaborado um Programa Mínimo, que será submetido a to-

dos as chapas que vierem a disputar a Reitoria. Embora ele ainda não esteja pronto, os diretores da Adusp elencaram, na conversa, diversos tópicos, já formulados, que constituem um esboço preliminar do Programa Mínimo.

Compromisso com uma agenda efetiva de democratização da estrutura de poder a ser desenvolvida e deliberada ainda em 2014; democratização da elaboração do Orçamento da USP e transparência na execução orçamentária; valorização dos departamentos; compromisso com mecanismo autônomo de financiamento da pesquisa, não vinculado às agências de fomento; rediscussão da carreira docente, fo-

Ministério Público Estadual convidou entidades para debater situação na USP

Adusp, Sintusp e DCE atenderam, no dia 11/10, ao convite do 1º promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc - Núcleo da Capital), João Paulo Faustini e Silva, para conversar sobre o contexto que culminou com a noticiada ocupação do prédio da Reitoria da USP.

Os representantes das diretorias e assessorias jurídicas das entidades expuseram ao promotor o quadro de descompasso da USP com relação ao ordenamento constitucional vigente, seja no que concerne à estrutura de poder que não respeita sequer o estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (mesmo após as modificações nos procedimentos para eleição do reitor(a) aprovados em 1º/10/2013), seja no tocante a itens fundamentais da legislação sindical (demissão de diretor no exercício do mandato) e trabalhista (demissões em massa sem justa causa como as havidas em janeiro de 2011, terceirizações), ou mesmo quanto a decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, como o decidido no Mandado de Injunção 880 quanto ao direito dos servidores públicos ao adicional de insalubridade e aposentadoria especial. Criou

assim a Reitoria um ambiente avesso ao diálogo e ao devido respeito aos temas de importância para a comunidade universitária.

Negociações. Deu-se também conhecimento ao promotor Faustini e Silva do fato de representantes dos estudantes e funcionários terem sido impedidos de retornar à reunião do Conselho Universitário de 1º/10, após terem saído para darem informes, e da disposição dos estudantes de abrir negociações com a Reitoria sobre as pautas do movimento e sobre a desocupação do edifício da administração, o que até então não havia se dado pela intransigência da atual gestão.

Ao final, o promotor informou que iria avaliar as informações prestadas, solicitou maior detalhamento dos fatos narrados e se dispôs a verificar em quais aspectos o MPE poderia atuar no sentido de contribuir para superar o impasse posto.

Participaram da reunião, pela Adusp, o professor Ciro Correia e a advogada Lara Lorena; pelo Sintusp o diretor Claudionor Brandão; pelo DCE a diretora Arielli Tavares Moreira e o diretor Felipe Santiago Bisult.

ram alguns dos tópicos levantados pelos diretores da Adusp.

Os visitantes entregaram à Adusp cópia do seu programa de gestão, disponível na página do professor Hélio Nogueira, em

<http://goo.gl/tsXYbW> ou em <http://goo.gl/T9Wcrd>.

A diretoria da Adusp receberá todas as chapas que procurarem a entidade, divulgando publica e sinteticamente o teor do encontro.

Desde 2011, Reitoria sabe da conduta comprometedoras do diretor Boueri ao permitir aterro ilegal na USP Leste

Gestão Rodas foi omissa quanto à terra clandestina e contaminada — e complacente com a direção da EACH

A primeira autoridade a admitir publicamente que a Reitoria da USP sabe, desde 2011, do aterramento ilegal de parte do *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) foi o professor Antonio Massola, superintendente da Superintendência do Espaço Físico (SEF, antiga Coesf). “Quando a gente estava discutindo com a Cetesb, por meio de uma comissão designada pelo reitor, de meio ambiente, específica para a USP Leste, nós fomos surpreendidos por uma informação que apareceu, de que tinham sido colocadas terras aqui no volume de 40 mil m³, e impactou tudo o que a gente estava fazendo”, declarou Massola a docentes, estudantes e funcionários da EACH em 23/9/13.

Porém, a leitura da memória desta reunião citada por Massola (<http://goo.gl/sT89a9>) permite concluir que, naquela mesma ocasião, a Reitoria — por intermédio dos membros de alto escalão nomeados para a comissão incumbida de resolver os problemas da EACH, criada pelo reitor em portaria publicada no *Diário Oficial do Estado* de 24/2/2011 — tomou conhecimento também dos atos de ofício altamente comprometedores do diretor da unidade, Jorge Boueri, no tocante a esta deposição ilegal de terras. A memória é um documento oficial e consta do extenso dossiê entregue pela Reitoria à comunidade após o início da greve da EACH.

Presidida pelo professor Celso de Barros Gomes, à época chefe de gabinete do reitor J. G. Rodas, e constituída pelos próprios Massola, Boueri e ainda pelos professores Wellington Delitti (superintendente de Gestão Ambiental) e Wanderley Messias da Costa (superintendente de Relações Institucionais), a comissão reuniu-se em 27/10/11 para realizar uma “análise da questão ambiental no *campus* da EACH”.

O chefe de gabinete iniciou a reunião “comunicando que recebeu uma denúncia do Ministério Público via Secretaria, referente à questão da terra na EACH, e que abriu um processo para esta documentação”. Em seguida pede a Massola que faça um relato de

reuniões ocorridas em 18/10/11 na EACH e em 21/10/11 com a Cetesb, “nas quais os demais membros não estavam presentes”, segundo a memória (p. 329 do dossiê). Assim, antes de tratar do que se passou em 27/10, recuaremos alguns dias no calendário.

Reunião de 21/10/11.

Massola descreveu assim a conversa que manteve com quatro técnicos da Cetesb, em 21/10/11: “Nessa reunião o assunto primordial colocado foi o assunto da terra, pois a Cetesb tinha que responder ao Ministério Público e questões do jornal *Folha de SP*. Mas também foram colocados os demais assuntos”, ou seja, medidas de reparação dos problemas históricos da USP Leste (p. 331).

Após quatro horas de reunião, ficaram decididas inúmeras medidas a serem tomadas pela USP, entre as quais a seguinte: “Com relação ao aterro envolvendo a introdução de novos materiais realizada na área central e a oeste (chaminé histórica) não edificada, avaliar a qualidade ambiental do material disposto para verificar a necessidade de eventuais medidas corretivas, podendo-se até seguir com sua possível remoção” (p. 333).

Portanto, em outubro de 2011, há exatos dois anos, a Cetesb já apontava a eventual necessidade de remoção do aterro...

Ainda segundo o relato de Massola, neste momento a diretora do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) da Cetesb, Ana Cristina Pasini, fez uma dura crítica à USP, mencionando o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que esta havia firmado: “Ana Cristina colocou que a USP deveria cumprir o TAC, onde está previsto que qualquer material que seja levado para o *campus* USP Leste deve antes ser autorizado pela Cetesb, e no caso da terra aí colocada isso não foi atendido considerando-se portanto um desrespeito ao TAC” (p. 334).

Disse mais a diretora do DAIA/Cetesb: “Determinou então que seja feita avaliação de características da terra e se for adequada a



Professor Antonio Massola

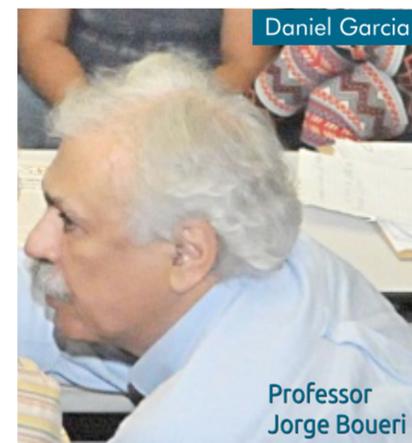
Cetesb decidirá se a terra continua na USP Leste. Se não for adequada caberá à USP retirá-la de lá”. Em resposta, Ricardo Hirata, docente do Instituto de Geociências e assessor da SEF, informou que a avaliação não seria feita pela USP e sim por empresa contratada, “sendo necessária a dispensa de licitação e contratação por emergência”.

Em seguida, registra a memória a respeito da mesma reunião de 21/10/11: “Foi assumido que no prazo de três meses a USP terá solução para o caso da terra. E neste período não pode mexer nesta terra, plantar grama e arborizar e nem retirar nada do local. Espere-se que isso seja cumprido pela Reitoria da EACH” (p. 334).

Reunião de 27/10/11.

Encerrado o relato da reunião de uma semana antes com a Cetesb, a memória retorna aos diálogos ocorridos na reunião de 27/10, depreendendo-se de sua leitura que havia uma tensão entre o então diretor da EACH e o presidente da Comissão. Jorge Boueri chega a queixar-se de que “o que aflige a comunidade EACH é a divulgação dos relatórios e decisões tomadas pela Comissão” (!!!).

O documento registra a seguir a inconformidade do professor Celso Gomes com o episódio, pois “esse ponto da terra é o mais crucial e está sendo alimentado pela imprensa”, e uma pergunta sua claramente dirigida a Boueri: “Confessa ter sido surpreendido, pois com base no material que está sendo divulgado a iniciativa [o aterro] foi tomada em janeiro/2011. O fato é que a Comissão se reuniu em dado momento e não tinha sequer conhecimento dessa movimentação de terra, a questão colocada é: essa iniciativa foi anterior à reunião dessa Comissão?” (p. 335).



Professor Jorge Boueri



Professor Celso de Barros Gomes

A resposta do então diretor da EACH é digna de figurar em uma antologia de desculpas inverossímeis. Após responder que “sim” (foi anterior à reunião), ele mostrou uma fotografia da área onde foi colocada a terra, procurando justificar o aterro como forma de evitar a dengue (“tinha acúmulo de água ... estava criando problemas”, gostaria de “gramar a área”). Em seguida, disse: “Devido à conversa entre colegas, apareceu uma pessoa que chegou através de um assistente da unidade, querendo doar uma terra que seria do Parque Ibirapuera. E foi colocada então a terra vermelha no local”. Teria havido “descuido em não saber a qualidade da terra” (!!!).

A essa explicação nada convincente, Boueri ainda acrescentou que tinha “documento de doação da terra, do local dela que é do Tatuapé”, ao que Massola retrucou: “é da Vila Formosa”. Outros comentários de Boueri: “Quando o Parque pediu para que parassem, eles pararam”, ou seja, a direção da EACH teria interrompido a deposição de terra (referência à advertência emitida pelo então diretor do Parque Ecológico do Tietê); “Não tem nada que faça óbice ao plantio de grama, a Cetesb esteve no local e não pediu nada”; sugeriu que a terra em

Cardoso critica gestão financeira e Zago propõe diálogo em vez de PM

A USP divulgou em 15/9 a relação de chapas inscritas na disputa para a eleição de reitor(a) e vice-reitor(a) para a gestão 2014-2017 (veja em <http://goo.gl/KvqAvr>). Na eleição de turno único que ocorrerá em 20/12, os cerca de 2 mil membros do colégio eleitoral terão de escolher entre quatro duplas que disputam o pleito.

Hélio Nogueira da Cruz para reitor e Telma Zorn para vice compõem a chapa 1, “Diversidade e Excelência”; José Roberto Cardoso e José Franchini Ramires integram a chapa 2, “Rumo ao Futuro”; Marco Antonio Zago e Vahan Agopyan formam a chapa 3 “Participação e Excelência”; Wanderley Messias da Costa e Suely Vilela (ex-reitora, 2005-2009) constituem a chapa 4, “Mantendo o Rumo”. O programa de gestão das chapas está disponível no site da Secretaria Geral da USP (<http://goo.gl/T9Wcrd>).

Os candidatos foram convidados a apresentar suas propostas em uma série de apresentações denominada “Conversas com Candidatos a Reitor”, realizada de modo conjunto por quatro unidades da USP: Instituto Oceanográfico (IO, cujo auditório sediou a atividade), Instituto de Geociências (IGC), Instituto de Matemática e Estatística (IME) e Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG).

O primeiro candidato a falar, em 16/10, foi José Roberto Cardoso, diretor afastado da Escola Politécnica.

Pró-reitor de pesquisa afastado do cargo, professor da Faculdade de Medicina, Marco Antonio Zago apresentou-se em 17/10.

“Orçamento furado”.

Cardoso destacou, entre os eixos do programa, a criação de um fórum permanente para se discutir a diversidade (“principalmente sexual”); a necessidade de se rediscutir a Comissão da Verdade da USP, pois “não podemos ter uma Comissão da Verdade chapa-branca”; investimento em obras de infraestrutura para melhoria do ensino na graduação; atribuir à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão papel importante com relação à inclusão social (“quanto ao Inclusp, nunca tivemos nenhum parecer dessa Pró-Reitoria sobre o tema, um sociólogo para explicar a questão, nenhuma conversa aberta”); atenção aos aspectos econômicos da internacionalização e investimentos para ensino *online*.

Indagado sobre a gestão financeira da USP, Cardoso foi enfático e crítico: “O nosso orçamento está furado, esta é a realidade. Está 140% acima do estipulado. Existe uma reserva, mas não sabemos sobre ela. Nós temos R\$ 1,5 bilhão [disponibilizados] para essas obras que estão em andamento. Depois do Metrô de São Paulo, a USP é a que mais gasta com obras. Precisamos abrir essa ‘Caixa de Pandora’. Precisamos ouvir as pessoas sobre isso. Como se

pode construir prédios sem falar para ninguém?”. Sobre a política de benefícios concedidos a docentes e funcionários, advertiu: “Benefício é algo que uma vez que se atribui, não se consegue mais tirar. Precisamos ter uma gestão que faça reajustes, mas às claras”.

Ele defendeu uma posição “menos refratária” a parcerias da universidade com instituições privadas. Ainda estocou um de seus adversários na disputa, o vice-reitor afastado Hélio Nogueira: “Teremos uma Reitoria diferente. Uma Reitoria em que o reitor vai receber os dirigentes e o vice-reitor não será um apêndice como foi dessa vez. Precisamos mudar”, finalizou sob aplausos.

“Dupla compatível”.

Zago prometeu que, se eleito, sua gestão será compartilhada entre reitor e vice-reitor: “Somos uma dupla compatível, já testada. Temos um perfil que é fortemente acadêmico, mas os dois também têm experiências de gestões fora da USP”. Destacou o fato de ter sido presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), enquanto Vahan presidiu o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

“Precisamos oferecer um ensino que atenda o interesse da sociedade e não apenas os nossos interesses”, disse. Pontuou os eixos de ação de sua possível gestão: melhora acentuada (“ou uma re-

volução”) da graduação; reforma administrativa para aumento da eficiência dos serviços internos; reforma da governança da universidade; democratização.

Ele questionou a proposta de Estatuinte: “Vejo a Estatuinte como um método de trabalho pouco eficiente. Primeiro temos que nos preocupar com os problemas que temos hoje ... Porque se entrarmos em uma Estatuinte ficaremos quatro anos discutindo. Queremos, eu e Vahan, entrar para depois de seis, oito meses, implantarmos mudanças”.

Zago se mostrou a favor de uma universidade mais aberta à cidade: “Se a PM [Polícia Militar] não cumpre bem a sua função fora da universidade, também não cumprirá dentro. O problema maior é o uso de forças violentas para conter manifestações. Uma universidade que não tem discordância é um mosteiro. Queremos discordância, mas sem violência. Temos que admitir que força policial não serve para mediar isso. É preciso diálogo”. O professor ainda lembrou: “Há uma memória entre os mais velhos de que forças militares foram usadas para conter a oposição à Ditadura, como quando fomos invadidos pelo Exército. Essa época não existe mais. Porém, ainda há o desrespeito aos direitos humanos”. Nos dias 22/10 e 24/10, às 13h, estão previstas as apresentações de Wanderley Messias e Hélio Nogueira.

continuação da p. 3

questão pode ter sido contaminada pela água do subsolo; provocou a Comissão: “a última licença que encontrou para a EACH foi de 2006 [disse] e fez uma relação dos prédios não autorizados ... quando assumiu ninguém falou nada”, para concluir: “EACH-USP como instituição fez coisas que não deveriam ser feitas” (p. 336).

As respostas do então diretor da USP Leste não convenceram — e provavelmente irritaram — os demais membros da Comissão. Ele foi contestado primeiro por Masola, depois por Messias, Delitti (que chegou a sugerir uma auditoria externa, “acima de qualquer suspeita para investigar todos os fatos”) e repetidas vezes por Celso Gomes. “Por mais que haja boa vontade não dá para aceitar o fato de que a Comissão não foi informada de uma movimentação de

terra que foi feita lá atrás e implica um grande volume de terra”, enfatizou o presidente.

Processo. Em seguida a memória registra que Celso Gomes “abriu processo com a denúncia, que ilustra com 57 fotos a movimentação de terra” (p. 337). “Também questiona a informação dada” por Boueri “de que já mandou uma resposta ao Ministério Público ... a Comissão também desconhece o teor dessa resposta”.

O presidente assinalou “a posição de quatro membros da Comissão de que foram feitas coisas à revelia, e que não foram convenientes com nada”; que o diretor da EACH, “sendo membro da Comissão, teria a obrigatoriedade de trazer esse assunto, sabendo da gravidade, potencialmente explosivo”; que deixou o colegiado em

“situação delicada”.

Celso Gomes acrescentou que levaria ao reitor a sugestão de Delitti, de contratação de uma auditoria, mas Messias se opôs, alegando que não se deveriam criar “novos problemas”, uma vez que “sob o prisma da imprensa não há fato novo” (p. 338).

Parece que foi esse tipo de postura que acabou prevalecendo na Reitoria, a ponto de se postergar por anos soluções urgentes e de se deixar na direção de uma unidade de ensino uma pessoa sem qualquer credibilidade, como deixa patente a simples leitura da memória oficial da Comissão de acompanhamento da EACH.

A Adusp enviou ao reitor J. G. Rodas, em 16/10, o Ofício 42/2013, requerendo “a cópia integral ou a disponibilização para cópia integral dos autos do processo admi-

nistrativo” cuja abertura o professor Celso Gomes teria pedido em 2011, conforme “registro da 4ª reunião da Comissão responsável pela análise da questão ambiental no *campus* em referência”.

No ofício a Adusp questiona ainda, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011, que regula o acesso a informações contidas em registros ou documentos dos órgãos públicos) e no Decreto estadual 58.052/2012, “se este processo administrativo instrui a sindicância administrativa nº 2012.1.374.1.0, que tem por objeto a apuração dos fatos e eventuais responsabilidades na contratação, em caráter emergencial, de empresas para a prestação de serviços de monitoramento de gases e avaliação ambiental de solo em área do *campus* ambiental da USP Leste”.